



ARQUIVISTA

Nome: _____ Inscrição: _____

INSTRUÇÕES

- Você recebeu do fiscal:
 - Este *caderno de questões* contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha da Prova Objetiva;
 - Um *cartão de respostas*, personalizado, para efetuar a marcação das respostas;
- Verifique se o cargo especificado no topo da capa deste *caderno de questões* corresponde ao cargo no qual você está inscrito e que consta do seu *cartão de respostas*. Caso não corresponda, peça imediatamente para o fiscal trocar o seu *caderno de questões*;
- Preencha acima, neste *caderno de questões*, o seu nome e o seu número de inscrição;
- Verifique se os seus dados estão corretos no *cartão de respostas*. Caso necessário, solicite ao fiscal que efetue as correções na Ata de Aplicação de Prova.
- Transcreva a frase abaixo, utilizando *letra cursiva*, no espaço reservado no canto superior direito do seu *cartão de respostas*.

“Só é lutador quem sabe lutar consigo mesmo.”

Carlos Drummond de Andrade

- Assine o seu *cartão de respostas* no local apropriado para tal;
- O *cartão de respostas* NÃO pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- SOMENTE APÓS SER AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA**, verifique no *caderno de questões* se a numeração das questões e a paginação estão corretas;
- Leia atentamente cada questão e assinale a alternativa no seu *cartão de respostas*.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no seu *cartão de respostas* é cobrindo, fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:



- Você dispõe de quatro horas para fazer a prova. Faça tudo com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Esse tempo inclui a marcação do *cartão de respostas*;
- Após o início da prova, um fiscal efetuará a coleta da impressão digital de cada candidato;
- Somente após uma hora do início da prova, você poderá retirar-se da sala de prova, devolvendo seu *caderno de questões* e o seu *cartão de respostas* ao fiscal;
- Você só poderá levar este *caderno de questões* depois de decorridas, no mínimo, três horas e meia de prova, desde que permaneça em sala até este momento. O seu *cartão de respostas* deverá ser obrigatoriamente devolvido ao fiscal;
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos;
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o seu *cartão de respostas* devidamente assinado e o seu *caderno de questões*;
- Não se esqueça de solicitar ao fiscal seu documento de identidade quando da entrega do seu material de prova;
- Se você precisar de algum esclarecimento, solicite a presença do responsável pelo local.

CRONOGRAMA

Divulgação, na página do Concurso na Internet, do gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva	21/09/2009
Prazo para interposição, na página do Concurso na Internet, de recurso contra a Prova Objetiva	22/09/2009 e 23/09/2009
Divulgação do resultado do julgamento dos recursos e o resultado preliminar da Prova Objetiva	16/10/2009



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda as questões 1 a 3.

A OUTRA EPIDEMIA

Lya Luft - *Veja*, 15-07-2009

Para mim, escrever é sempre questionar, não importa se estou escrevendo um romance, um poema, um artigo. Como ficcionista, meu espaço de trabalho é o drama humano: palco, cenário, bastidores e os mais variados personagens com os quais invento histórias de magia ou desespero. Como colunista, observo e comento a realidade. O quadro não anda muito animador, embora na crise mundial o Brasil pareça estar se saindo melhor que a maioria dos países. De tirar o chapéu, se isso se concretizar e perdurar. Do ponto de vista da moralidade, por outro lado, até em instituições públicas que julgávamos venerandas, a cada dia há um novo espanto. Não por obra de todos os que lá foram colocados (por nós), mas o que ficamos sabendo é difícil de acreditar. Teríamos de andar feito o velho filósofo grego Diógenes, que percorria as ruas em dia claro com uma lanterna na mão. Questionado, respondia procurar um homem honrado.

Vamos ter de sair aos bandos, aos magotes, catando essa figura, não uma, mas multidões delas, para consertar isso, que parece não ter arrumação?

1 - Assinale a alternativa em que a segunda forma do segmento altera o sentido do segmento inicial.

- (A) “Para mim, escrever é sempre questionar” = Escrever, para mim, é sempre questionar;
- (B) “para consertar isso” = para isso ser consertado;
- (C) “o drama humano” = o drama do homem;
- (D) “os que lá foram colocados” = os que foram colocados lá;
- (E) “não uma, mas multidões” = não multidões, mas uma.

2 - “De tirar o chapéu, se isso se concretizar e perdurar. Do ponto de vista da moralidade, por outro lado, até em instituições públicas que julgávamos venerandas, a cada dia há um novo espanto. Não por obra de todos os que lá foram colocados (por nós), mas o que ficamos sabendo é difícil de acreditar”.

A alternativa que informa o valor semântico correto do elemento destacado é:

- (A) SE = condição;
- (B) POR OUTRO LADO = lugar;
- (C) ATÉ = direção;
- (D) POR = causa;
- (E) MAS = concessão.

3 - “Para mim, escrever é sempre questionar”; a forma plural correta dessa frase é:

- (A) Para nós, escrevermos é sempre questionarmos;
- (B) Para nós, escrevermos é sempre questionar;
- (C) Para nós, escrever é sempre questionar;
- (D) Para mim, escrevermos é sempre questionar;
- (E) Para mim, escrever é sempre questionarmos.

4 - Um jornal do Rio de Janeiro, falando do último show de Roberto Carlos no Maracanã, realizado sob chuva no último dia 11 de julho, em comemoração aos seus 50 anos de carreira, publicou a seguinte manchete:

“Uma plateia com devoção impermeável”

Como outras manchetes, essa também tem duplo significado, construído pelo adjetivo “impermeável” que, nesse caso, pode significar:

- (A) indiferente à chuva / imune a mudanças de gosto musical;
- (B) imune a mudanças de gosto musical / fiel à boa música;
- (C) fiel à boa música / distanciado da modernidade;
- (D) distanciado da modernidade / apegado ao gosto popular;
- (E) apegado ao gosto popular / indiferente à chuva.

5 - Nessa mesma manchete – “Uma plateia com devoção impermeável” – há um tipo de linguagem figurada denominado:

- (A) sinestesia;
- (B) silepse;
- (C) metonímia;
- (D) eufemismo;
- (E) anacoluto.

6 - Numa notícia sobre o Senado, publicada no jornal *O Globo*, de 14-07-2009, lê-se o seguinte:

“Uma casa com 204 copeiros. Pelo menos 20,4% dos 3.500 funcionários terceirizados do Senado são copeiros ou contínuos. Dá mais de sete para cada um dos 81 senadores. No total, são 717, sendo 204 copeiros e 513 contínuos, que custam ao Senado R\$2.400 por mês, cada um.”

Não há dúvida de que a notícia tem um tom crítico, condenando o Senado; o argumento em que se apoia essa crítica é de base estatística (a distorção de mais de sete funcionários para cada senador), mas apresenta uma falha, que é a de:

- (A) não incluir na crítica a Câmara dos Deputados;
- (B) desconsiderar que, além dos senadores, há muito mais gente no Senado;
- (C) incluir na estatística funcionários de tipos diferentes;
- (D) citar dados particulares em jornal de grande circulação;
- (E) não indicar a fonte de informação dos dados publicados.

7 - “Homossexualismo, drogas e prostituição são alguns dos temas que dificultam a captação de verbas para filmes brasileiros, como *Meu nome não é Johnny*.”

(*O Globo*, 14-07-2009)

Após a leitura desse pequeno texto pode-se inferir que:

- (A) o filme *Meu nome não é Johnny* não é filme brasileiro;
- (B) os patrocinadores de filmes têm posição imoral;
- (C) os atores brasileiros não mostram bom desempenho em filmes imorais;
- (D) homossexualismo, drogas e prostituição são temas obrigatórios em nossos filmes;
- (E) homossexualismo, drogas e prostituição não são os únicos temas que impedem patrocínio.



8 - “*PM vai sair da maioria das favelas. O comandante da PM, coronel Mário Sérgio, diz que fechará postos de policiamento em favelas que viraram fonte de corrupção.*”

(O Globo, 12-07-2009)

A afirmação correta sobre esse pequeno texto é:

- (A) os postos de policiamento estão corrompendo a população local;
- (B) a decisão da PM vai atingir todas as favelas do Rio;
- (C) a sigla PM significa Polícia Metropolitana;
- (D) o comandante indica a razão de sua decisão;
- (E) as medidas policiais contam com o apoio das comunidades.

9 - “*Dois frequentadores de uma discoteca, na Barra da Tijuca, acusam seguranças do lugar de tê-los agredido, na madrugada de ontem, dentro da casa de eventos. (...) De acordo com o gerente do espaço, o lugar tem câmeras que podem ajudar a identificar o que aconteceu.*”

(O Globo, 12-07-2009).

Nesse texto, muitos vocábulos substituem elementos anteriormente citados, a fim de se evitarem as repetições deselegantes. A alternativa abaixo que indica corretamente o antecedente referido é:

- (A) “seguranças do lugar” - Barra da Tijuca;
- (B) “de tê-los agredido” - seguranças;
- (C) “dentro da casa de eventos” - câmeras;
- (D) “De acordo com o gerente do espaço” - seguranças;
- (E) “identificar o que aconteceu” - o.

10 - “*PM proíbe funk onde baile causa violência.*”

(O Globo, 13-07-2009)

A forma de reescrever-se essa mesma frase tem seu sentido original alterado em todos os exemplos, exceto em:

- (A) funk é proibido pela PM apenas onde o baile causa violência;
- (B) funk causa violência sempre que esse baile é proibido pela PM;
- (C) baile foi proibido pela PM onde funk causava violência;
- (D) PM proíbe violência causada pelo baile funk;
- (E) PM faz violência ser proibida onde baile funk causa violência.

Leia o texto abaixo e responda as questões 11 a 15.

“*Toda obra de um homem, seja em literatura, música, pintura, arquitetura ou em qualquer outra coisa, é sempre um auto-retrato; e quanto mais ele tentar esconder-se, mais seu caráter se revelará, contra sua vontade.*”

(S. Butler)

11 - A utilização da palavra *coisa*, no texto tem o papel de:

- (A) referir-se apenas a todas as atividades não-artísticas;
- (B) possuir valor semântico pejorativo;
- (C) englobar somente as artes citadas anteriormente;
- (D) aludir a qualquer atividade humana;
- (E) apresentar valor irônico, pois desmerece as obras de arte.

12 - Segundo o texto, a obra literária tem por objetivo:

- (A) procurar ocultar o caráter de seu autor;
- (B) mostrar sempre a pessoa do autor;
- (C) trazer ilustrações biográficas do autor;
- (D) projetar fatos e fantasias de seu autor;
- (E) apresentar uma biografia do autor.

13 - “...e quanto mais ele tenta esconder-se...” / “...mais seu caráter se revelará...”.

As duas ocorrências do vocábulo SE, no trecho acima são vistas como:

- (A) ambas, à pessoa do autor;
- (B) a primeira é exemplo de um pronome indeterminador do sujeito;
- (C) a segunda é exemplo de pronome de valor reflexivo;
- (D) ambas têm idêntica função no texto;
- (E) a segunda indica a presença de voz passiva.

14 - “quanto mais ele tentar esconder-se, mais seu caráter se revelará”; a forma da frase abaixo em que a correspondência de tempos verbais contraria a norma culta da língua portuguesa é:

- (A) quanto mais ele tentou esconder-se, mais seu caráter se revelou;
- (B) quanto mais ele tenta esconder-se, mais seu caráter se revela;
- (C) quanto mais ele tentava esconder-se, mais seu caráter se revelava;
- (D) quanto mais ele tentasse esconder-se, mais seu caráter se revelaria;
- (E) quanto mais ele tentaria esconder-se, mais seu caráter se revelaria.

15 - “*Toda obra de um homem...é sempre um auto-retrato.*”; nesse segmento há a presença de um tipo de linguagem figurada denominado:

- (A) hipérbato;
- (B) metáfora;
- (C) metonímia;
- (D) comparação;
- (E) pleonasma.

**RJU – Lei 8.112/90**

16 - Para o provimento de cargos públicos federais, regulado pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a combinação de fatores legais está caracterizada na seguinte alternativa:

- A) Ter requisitos básicos para a investidura em cargo público, entre outros, a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos e a idade mínima de vinte e um anos.
- B) A posse em cargo público é ato pessoal e intransferível, sendo proibida a sua realização mediante procuração.
- C) A posse deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento, sob pena de ser o ato tornado sem efeito.
- D) Os concursos públicos podem ter validade de até 2 (dois) anos, possíveis duas prorrogações, por igual período.
- E) A contar da posse em cargo público, o servidor tem o prazo de 10 (dez) dias para entrar em exercício.

17 - Nos limites estabelecidos pela Lei Estatutária dos Servidores Públicos Civis da União, a Licença para tratar de interesse particular dar-se-á da seguinte forma:

- A) sem remuneração, a critério da Administração.
- B) sem remuneração, pela manifestação de vontade do servidor.
- C) sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária.
- D) com remuneração, para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional.
- E) com remuneração, por motivo de doença do cônjuge ou companheiro.

18 - Ao ser eleito, a licença a favor do servidor público regido pelo RJU (Lei 8112/90) para o exercício de atividade política será:

- A) Não-remunerada, até o limite de três meses.
- B) Remunerada, até o limite de três meses, entre o registro de sua candidatura e o décimo dia seguinte ao da eleição.
- C) Remunerada, desde a escolha em convenção partidária, até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- D) Não-remunerada, entre o dia da escolha em convenção partidária até o décimo dia seguinte ao da eleição.
- E) Remunerada, até o limite de quatro meses, entre a escolha em convenção partidária e a data da eleição.

19 - Os atos de demissão e de cassação de aposentadoria, em ação disciplinar, conforme expressa disposição contida na Lei nº 8.112/90, prescrevem-se em:

- A) 120 dias.
- B) 180 dias.
- C) 2 anos.
- D) 3 anos.
- E) 5 anos.

20 - Pela Lei 8.112/90, conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de:

- A) transporte rodoviário municipal, trem e metrô.
- B) transporte rodoviário intermunicipal, trem e metrô.
- C) transporte rodoviário municipal ou intermunicipal, trem e metrô.
- D) meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos
- E) transporte rodoviário municipal ou intermunicipal, trem, metrô e barca.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 - A Norma Brasileira de Descrição Arquivística, mais conhecida por sua sigla, NOBRADE, é fruto do trabalho da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), órgão integrante do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A NOBRADE é uma adaptação à realidade brasileira das seguintes normas:

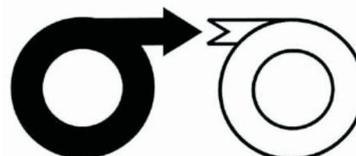
- (A) ISAD(G) e ISAAR(CPF);
- (B) ISAD(G) e e-ARQ Brasil;
- (C) e-ARQ Brasil e ISAAR(CPF);
- (D) ANBR e ISAD(G);
- (E) e-ARQ Brasil e ANBR.

22 - O método que consiste em dividir os assuntos em classes, partindo do gênero para a espécie e desta para as minúcias, sem limite de classes e subclasses, denomina-se:

- (A) numérico simples;
- (B) numérico cronológico;
- (C) decimal;
- (D) unitermo;
- (E) duplex.

23 - A Resolução CONARQ nº 10, de 6 de dezembro de 1999, em seu artigo 1º, dispõe sobre a adoção de símbolos constantes da ISO 9878/1990 nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.

Assim, observe a sinalética abaixo



O significado dessa sinalética é:

- (A) continuação de outro rolo;
- (B) original ilegível;
- (C) continua em outro rolo;
- (D) fim do rolo;
- (E) início do rolo.

24 - A juntada em caráter temporário, com o objetivo de elucidar ou subsidiar a matéria tratada, conservando cada processo e sua identidade e independência denomina-se:

- (A) apensação;
- (B) emenda;
- (C) convoção;
- (D) foliação;
- (E) registratur.



25 - A gestão arquivística de documentos digitais deve prever a implantação de um sistema eletrônico de gestão arquivística de documentos, que adotará requisitos funcionais, requisitos não-funcionais e metadados. Os metadados são informações estruturadas e codificadas que descrevem e permitem gerenciar, compreender, preservar e acessar os documentos digitais ao longo do tempo e referem-se, entre outros, a:

- (A) utilização de padrões abertos e captura;
- (B) avaliação e destinação;
- (C) integração com sistemas legados e segurança;
- (D) identificação e contexto documental;
- (E) registro e captura.

26 - O Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003, estabelece a organização, em forma de sistema, com a denominação de Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, das atividades de gestão de documentos no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal. O SIGA tem por finalidades:

- (A) fornecer especificações técnicas e funcionais, bem como metadados para orientar a aquisição e/ou desenvolvimento de sistemas informatizados;
- (B) promover as ações necessárias à implementação e manutenção da segurança da informação, fornecendo especificações técnicas;
- (C) integrar e coordenar as atividades de gestão de documentos de arquivo desenvolvidas pelos órgãos setoriais e seccionais que o integram;
- (D) estimular a integração e a modernização dos arquivos públicos e privados, facilitando o acesso;
- (E) garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente, preservando o patrimônio documental.

27 - A Resolução nº 25 do CONARQ, de 27 de abril de 2007, dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Esta denominação é conhecida pela seguinte sigla:

- (A) SINAR;
- (B) SIASG;
- (C) SIARQ;
- (D) e-ARQ Brasil;
- (E) SIGAD.

28 - O Decreto nº 3.872, de 18 de julho de 2001, dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, que exerce a função de autoridade gestora de políticas (AGP) da referida Infra-Estrutura. De acordo com o Art. 4º, §3º do citado Decreto, esse Comitê será assistido e receberá suporte técnico da Comissão Técnica Executiva - COTEC, que tem como competência:

- (A) adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento da ICP-Brasil;
- (B) estabelecer a política, os critérios e as normas para licenciamento das Autoridades Certificadoras - AC;
- (C) aprovar as diretrizes e normas para a formulação de políticas de certificados estabelecidas pela CG ICP-Brasil;
- (D) estabelecer a política, os critérios e as normas para licenciamento das Autoridades de Registro - AR;
- (E) manifestar-se previamente sobre todas as matérias a serem apreciadas e decididas pelo CG ICP-Brasil.

29 - O Comitê de Documentos Eletrônicos do Conselho Internacional de Arquivos define o documento arquivístico como “a informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer da atividade de uma instituição ou pessoa e que possui conteúdo, contexto e estrutura suficientes para servir de evidência dessa atividade”. Para Luciana Duranti, o termo evidência que aparece no conceito é uma relação entre um fato a ser provado e o fato que o prova. Assim, usa-se o último para provar o primeiro, sendo o documento arquivístico fonte de prova e não prova em si. Para Duranti, esse potencial probatório advém de algumas características do documento arquivístico, que são:

- (A) autenticidade, interrelacionamento, pertinência e unicidade;
- (B) reversibilidade, naturalidade, interrelacionamento e validação;
- (C) autenticidade, pertinência, reversibilidade e unicidade;
- (D) pertinência, unicidade, interrelacionamento e validação;
- (E) autenticidade, naturalidade, interrelacionamento e unicidade.

30 - A Norma geral internacional de descrição arquivística - ISAD(G), contém regras gerais para descrição arquivística que podem ser aplicadas independentemente da forma ou do suporte dos documentos. Essas regras estão organizadas em sete áreas de informação descritiva. A área destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade de descrição chama-se área de:

- (A) Controle da Descrição e Conteúdo;
- (B) Conteúdo e Estrutura;
- (C) Contextualização e Estrutura;
- (D) Identificação e Uso;
- (E) Condições de Acesso e de Uso.

31 - A fim de serem preservadas as informações contidas em documentos que são eliminados, tendo em vista a racionalização e o aproveitamento de espaço, utiliza-se o microfilme de:

- (A) substituição;
- (B) segurança;
- (C) referência;
- (D) preservação;
- (E) complemento.

32 - Para que um arquivo privado passe a ser reconhecido como de interesse público e social, é necessário que ocorra uma declaração por meio de:

- (A) Decreto do Presidente da República;
- (B) Lei votada pelo Congresso Nacional;
- (C) Portaria do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República;
- (D) Portaria do Ministro de Estado da Justiça;
- (E) Resolução da Presidência do CONARQ.

33 - O Habeas-Data é uma medida judicial que garante ao cidadão acesso a informações que lhe são pertinentes. Sua aplicação está prevista na seguinte legislação:

- (A) Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991;
- (B) Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002;
- (C) Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997;
- (D) Decreto nº 3.996, de 31 de outubro de 2001;
- (E) Decreto nº 4.414, de 7 de outubro de 2002.



34 - Na expedição e comunicação de documentos sigilosos, devemos observar alguns requisitos, conforme preconiza o Art. 24 do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002. Assim, de acordo com este Decreto, o tipo de acondicionamento utilizado deverá ser em:

- (A) envelope único de plástico opaco;
- (B) envelopes duplos;
- (C) envelopes triplos, contendo a inscrição "sigiloso";
- (D) caixas de papelão especial;
- (E) papel pardo timbrado, contendo a inscrição "sigiloso".

35 - A Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968, dispõe sobre a microfilmagem de documentos no país. No entanto, sua regulamentação ocorreu em data mais recente, por meio do seguinte Decreto:

- (A) 1.799 de 30/1/1996;
- (B) 2.182 de 20/3/1997;
- (C) 2.942 de 18/1/1999;
- (D) 6.779 de 18/2/2009;
- (E) 3.871 de 18/7/2001.

36 - A constante evolução tecnológica é uma das principais ameaças à contínua acessibilidade da informação digital armazenada em formatos físicos. Não há como garantir a acessibilidade do documento eletrônico face à obsolescência de programas e equipamentos de computador, cuja vida útil é contada em anos e, até, em meses. Assim, várias medidas vêm sendo difundidas, apesar de algumas delas serem descartadas pelos próprios autores. Uma delas se refere à técnica que permite o agrupamento de tudo o que é necessário à acessibilidade de um documento eletrônico, que é denominada:

- (A) encapsulamento;
- (B) padronização;
- (C) migração;
- (D) preservação de cadeia de bits;
- (E) emulação.

37 - A gestão de documentos, como definida no Dicionário de Terminologia Arquivística do Conselho Internacional de Arquivos, tem sua origem nas reformas administrativas levadas a efeito no pós-guerra, nos seguintes países:

- (A) França e Alemanha;
- (B) Itália e Espanha;
- (C) Reino Unido e França;
- (D) Austrália e Reino Unido;
- (E) Canadá e Estados Unidos.

38 - O instrumento de trabalho, importante para as atividades arquivísticas e utilizado na organização dos documentos na fase corrente, denomina-se:

- (A) tabela de organização;
- (B) plano de equivalência;
- (C) plano de classificação;
- (D) tabela de equivalência;
- (E) tabela de órgãos.

39 - O ciclo vital dos documentos é um conceito básico da Arquivística, sendo conhecido como a Teoria:

- (A) dos fundos;
- (B) das três idades;
- (C) da proveniência;
- (D) da classificação;
- (E) da organização.

40 - Ao se proceder ao arranjo do arquivo permanente de um estado, foi aplicado o princípio do respeito ao fundo, considerando toda a documentação recolhida pelo poder executivo como um fundo único. Esta organização chama-se:

- (A) orgânica;
- (B) minimalista;
- (C) centralizada;
- (D) concentrada;
- (E) maximalista.

41 - Paleografia e Diplomática se confundem. Ambas tratam de textos, mas de maneira diversa. Das afirmações abaixo, aquela que define o campo de atuação de ambas é:

- (A) a Paleografia lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto, enquanto a Diplomática se ocupa de seus caracteres intrínsecos;
- (B) a Diplomática lê e decifra os caracteres extrínsecos do texto, enquanto a Paleografia se ocupa de seus caracteres intrínsecos;
- (C) a Paleografia estuda as diversas formas de datar os fatos e acontecimentos, enquanto a Diplomática estuda a origem dos nomes;
- (D) a Diplomática estuda as diversas formas de datar os documentos, enquanto a Paleografia trata da evolução e mudança de nomes de lugares;
- (E) a Paleografia verifica a autenticidade do documento, enquanto a Diplomática lê documentos antigos.

42 - Segundo Bellotto, para proceder à análise tipológica do documento, é possível estabelecer dois pontos de partida: o da Diplomática e o da Arquivística. Na análise tipológica, a partir da Arquivística, o elemento inicial a considerar é:

- (A) a fidedignidade;
- (B) a autenticidade;
- (C) a cronologia;
- (D) o princípio da proveniência;
- (E) o destinatário.

43 - As funções "crítica, jurídica e classificadora" são pertinentes à seguinte área:

- (A) Arquivologia;
- (B) Paleografia;
- (C) Diplomática;
- (D) Sigilografia;
- (E) Cronologia.



44 - Nos últimos anos, os cuidados adotados em relação à preservação dos acervos documentais avançaram no sentido da prevenção, o que envolve a garantia da integridade da informação, por meio de sua gestão e proteção. Entre tais cuidados pode-se citar:

- (A) a restauração;
- (B) a utilização de papel reciclado;
- (C) o controle do ambiente;
- (D) a informatização;
- (E) a encadernação.

45 - Em relação ao tempo em que foram lavrados os documentos, a Paleografia é classificada em:

- (A) pré-histórica, medieval, contemporânea;
- (B) pré-histórica, medieval, moderna;
- (C) antiga, medieval, contemporânea;
- (D) antiga, medieval, moderna;
- (E) antiga, renascentista, contemporânea.

46 - Ao estabelecer um programa de preservação, cinco conceitos podem auxiliar no estabelecimento de prioridades: "Longevidade, escolha, qualidade, integridade e acesso". O conceito de integridade tem duas dimensões no contexto da preservação, as quais são identificadas como:

- (A) formato e dimensão;
- (B) suporte e seleção;
- (C) permanência e tempo;
- (D) microfilmagem e digitalização;
- (E) física e intelectual.

47 - O Art. 5º do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, preconiza que os dados ou informações sigilosos serão classificados como ultrassecretos, secretos, confidenciais e reservados, em razão do seu teor ou dos seus elementos intrínsecos. Quanto à classificação de ultrassecreto, somente algumas autoridades detêm esta prerrogativa, entre elas:

- (A) diretores de ministérios militares;
- (B) comandantes militares;
- (C) diretores de autarquias;
- (D) chefes de gabinete de ministros de Estado;
- (E) presidentes de empresas estatais.

48 - O instrumento arquivístico que respalda o processo de avaliação e define prazos e critérios de guarda e destinação de documentos é denominado:

- (A) listagem de eliminação;
- (B) termo de eliminação;
- (C) tabela de temporalidade;
- (D) edital de eliminação;
- (E) tabela de codificação.

49 - Análise, avaliação e seleção dos documentos, eliminação, transferência e recolhimento são atividades de:

- (A) destinação;
- (B) descrição;
- (C) referência;
- (D) arranjo;
- (E) preservação.

50 - A eliminação de documentos sigilosos no âmbito da administração pública, conforme preceitos estabelecidos no Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, tem de ser submetida ao crivo de uma entidade denominada:

- (A) Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas;
- (B) Conselho Nacional de Arquivos;
- (C) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Públicos;
- (D) Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos;
- (E) Conselho de Avaliação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública.



INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Núcleo de Computação Eletrônica
Divisão de Concursos

Endereço: Av. Athos da Silveira Ramos, 274 - Ed. do CCMN, Bloco C e E
Ilha do Fundão - Cidade Universitária - Rio de Janeiro/RJ

Caixa Postal: 2324 - CEP 20010-974

Central de Atendimento: (21) 2598-3333

Informações: Dias úteis, de 8 h às 17 h (horário de Brasília)

Site: www.nce.ufrj.br/concursos

Email: concursoufrj09@nce.ufrj.br